

**O Pasquim:
Embates Entre a Cultura Política Autoritária e a Contracultura***

Doutoranda em História
Social (PPGHIS – UFRJ)
dedeaq@gmail.com

Resumo

Este artigo apresenta duas faces do jornal alternativo *O Pasquim* – criado em 1969, durante a ditadura militar – o qual ao mesmo tempo em que dialogava com o cenário da *contracultura* da década de 1960, representava nas suas páginas a cultura política autoritária brasileira. *O Pasquim* teve uma longa trajetória, permanecendo duas décadas em circulação (1969-1991) e, por conta dessa longa vida, esse alternativo tem como principal característica o paradoxo. Ele existiu enquanto oposição ao regime ditatorial no pós-1964, e no período da redemocratização tornou-se aliado ao PDT no governo do Estado do Rio de Janeiro. Ressalta-se que, neste estudo, essa longa trajetória não será analisada, torna-se importante ser destacado então que o texto que se segue é apenas um ponto de suas muitas faces.

Palavras-Chave: Imprensa Alternativa, Ditadura, Cultura Política

Abstract

This article presents two sides of the underground newspaper *O Pasquim* – created in 1969, during the military dictatorship – which at the same time that talked with the scenario of counter of the decade of 1960, represented in its pages the Brazilian authoritarian political culture. *O Pasquim* had a long history, remaining two decades in circulation (1969-1991) and, on account of this long life, this alternative is to feature the paradox. It existed as opposed to the dictatorial regime in the post-1964, and during the redemocratization has become the ally PDT in the government of the State of Rio de Janeiro. It is emphasized that this study will not be that long history examined, it becomes important to be highlighted so that the text that follows is just one point from its many faces.

Enviado em 05 de
setembro de 2008 e
aprovado em 28 de outubro
de 2008.

Keywords: Underground Press, Dictatorship, Political Culture

*. Bolsa de Doutorado financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Os precursores

O *Pasquim*, na década de 1970, pode ser compreendido como alternativo à cultura estabelecida, como oposição ao regime de exceção e, ainda, tendo como instrumento de comunicação o humor. Foi um periódico que deu voz a muitos jornalistas, artistas e intelectuais excluídos dos grandes veículos de comunicação, principalmente, por não concordarem com o apoio que tais meios deram à ditadura. Podemos dizer que além do apoio ao golpe, houve uma colaboração efetiva da grande imprensa para a manutenção e legitimação dos governos autoritários no pós-1964. Eram feitas verdadeiras “limpezas” nas redações, expurgando os jornalistas que não se submetiam às novas diretrizes de “controle da qualidade” dos jornais: a censura interna. Assim, “recomendava-se” a não publicação do que estivesse proibido. E antes mesmo do crivo do censor, os donos dos jornais, redatores, editores e os próprios jornalistas se censuravam seguindo as “recomendações” das instituições governamentais. Nesse sentido, o jornalista que não concordasse ou desobedecesse tais ordens era demitido (KUSHNIR, 2004).

Portanto, esses profissionais seguiram o caminho alternativo para se opor às condições de trabalho na grande imprensa e, em sentido mais amplo, ao regime ditatorial. Já que a liberdade de expressão era cerceada, eles buscavam na imprensa alternativa uma forma de comunicação.

Ressaltamos que durante a ditadura civil-militar brasileira foram criados por volta de 150 periódicos que, em meio às suas especificidades, tinham um traço comum: a oposição ao regime. Tais periódicos ficaram conhecidos como imprensa *alternativa* ou *nanica*. De acordo com Bernardo Kucinski, a imprensa *alternativa* possuía quatro significados essenciais: o de algo que não está ligado a políticas dominantes; o de uma opção entre duas coisas reciprocamente excludentes; o de única saída para uma situação difícil e, finalmente, o do desejo que as gerações dos anos 1960 e 1970 tinham de protagonizarem as transformações sociais (KUCINSKI: 2003).

Para Sônia Virgínia Moreira, as características da manifestação alternativa eram quase sempre as mesmas: “uma imprensa que age paralelamente à imprensa estabelecida, revela-se com maior vigor durante regimes discricionários e representa uma pessoa, grupo ou comunidade que deseja fazer ouvir suas posições” (MOREIRA, 1985: 17)

Assim sendo, o termo imprensa alternativa era de domínio comum da sociedade brasileira e identificava um tipo de jornal tablóide, ou revista de oposição, principalmente nos anos 1970. A venda era feita em bancas ou de “mão em mão”. Essas publicações eram de caráter cultural e político e expressavam interesses da média burguesia, dos trabalhadores e da pequena burguesia. Eram espaços nos quais se emitia uma condenação ao regime político, como argumentou a jornalista Regina Festa (FESTA, 1986: 16).

Muitos jornais foram criados nesse cenário alternativo. Alguns deles, e em particular o *Pif-Paf* e *A Carapuça*, se tornaram referência para a equipe d’*O Pasquim*, principalmente por contarem em seus quadros, com colaboradores que usavam a linguagem do humor para dialogar com a sociedade.

O *Pif-Paf* chegou às bancas do Rio de Janeiro, em 1964, menos de dois meses do golpe civil-militar. O jornal foi definido por seus autores como “carioca, quatorzenal, de irreverência e crítica”. Era a primeira investida de Millôr Fernandes, após ser demitido por “justa causa” da revista *O Cruzeiro*. Nesse periódico, Millôr elaborou uma seção com o nome de *Pif-Paf* e a assinava com o pseudônimo de *Emmanuel Vão Gôgo*. A coluna foi definida como “uma elaborada combinação de grafismos malcomportados e tiradas demolidoras, [onde] o céptico Millôr levou a sério suas máximas *livre pensar é só pensar e divagar e sempre*”.

Sua expulsão de *O Cruzeiro* está associada à produção da fábula “A Verdadeira História do Paraíso”, em que questionava a condição humana e os personagens Bíblicos. Por ter escrito essa narrativa, Millôr sofreu pressão dos setores religiosos mais conservadores da sociedade, como as Ligas Católicas (mesma entidade que apoiou o golpe de 1964) e foi expulso da revista. Em protesto contra a atitude do semanário, o jornalista lançou o alternativo *Pif-Paf* – mesmo nome da coluna que assinava em *O Cruzeiro* – com a seguinte frase editorial: “Não temos prós nem contras, nem sagrados nem profanos”.

Além da presença de Millôr, o novo periódico contou com a participação de outros jornalistas que posteriormente compuseram *O Pasquim*: Jaguar, Claudius, Ziraldo e Fortuna. Sem deixar de mencionar Sérgio Porto, o patrono d'*O Pasquim*. Podemos dizer que, apesar de ser voltado predominantemente à crítica de costumes e ter sido preparado antes do golpe, o *Pif-Paf* foi recebido como uma resposta ao golpe civil-militar. Por isso, tornou-se uma revista política. Foi esse o uso que fizeram dela as circunstâncias e seus leitores, como argumentou Bernardo Kucinski (KUCINSKI, 2003: 48).

O Pasquim também se apropriou da linguagem de outro periódico alternativo – a revista *A Carapuça*. Ela surgiu, em agosto de 1968, de uma idéia da *Distribuidora Imprensa*, a mesma que depois faria a distribuição d'*O Pasquim*, em produzir um jornal de humor. Sérgio Porto – o Stanislaw Ponte Preta – assumiu a direção do semanário, depois da recusa de Jaguar, Claudius e Fortuna. *A Carapuça* era desenhada e escrita por Alberto Eça e distribuída por Murilo Reis, dono da *Distribuidora Imprensa*.

O carioca Sérgio Porto foi o grande precursor da sátira, da irreverência e do deboche *pasquinianos*. Segundo Elio Chaves Flores, Porto era um

reconhecido criador de tipos populares e frasista nato. Cronista irreverente, também teria atuação destacada na televisão e no teatro na década de 1960. Ao escrever crônicas para a imprensa carioca imaginou parodiar o nome do personagem título do romance *Serafim Ponte Grande*, de Oswald de Andrade, um dos marcos da sátira modernista. Mas, advertido de que o satirista da Paulicéia pudesse não gostar do homônimo *Serafim Ponte Preta*, resolveria trocar para *Stanislaw*. A partir daí deixaria de assinar Sérgio Porto, fixando-se em Stanislaw Ponte Preta nos livros publicados e na vasta produção de crônicas em jornais como a *Tribuna da Imprensa*, *Diário da Noite* e *Última Hora* e nas revistas *Manchete*, *Fatos & Fotos* e *O Cruzeiro* (FLORES, 2002: 164).

Quando perguntado sobre *A Carapuça*, Jaguar respondeu que “era o Alberto Eça, que escrevia a revista inteira, fazia um pastiche [...] e como o Sérgio tinha muito nome, a revista vendia muito” (entrevista à autora, em 06/08/2004). Por isso, os jornalistas desse periódico acreditavam que com a morte de Sérgio Porto, seria inviável a continuidade do jornal, uma vez que não mais poderiam associá-lo a Stanislaw Ponte Preta. Com isto, automaticamente foi decretado o fim da publicação, apesar de tentativas da *Distribuidora Imprensa* em continuar com *A Carapuça*. Foi nesse momento que Jaguar propôs a criação de um jornal com o nome e a feição desses intelectuais do humor que estiveram no *Pif-Paf* e na *A Carapuça*.

O Pasquim nasceu da linguagem desses dois periódicos, ambos impregnados pelo humor de Stanislaw. Desta forma, podemos entender quando Jaguar diz que o “*Stanislaw* foi o pai d'*O Pasquim*” (entrevista à autora, em 06/08/2004). Em uma crônica do final de 1970, Millôr Fernandes considerou Sérgio Porto o patrono do jornal. Para o cronista, “Sérgio Porto, ao desaparecer jovem, seria um ícone operário de intelectual, sem prejuízo da contradição: era como quase todos os humoristas brasileiros, um terrível trabalhador braçal” (Apud. FLORES, 2002: 165).

Para os *pasquinianos*, Stanislaw estaria sempre vivo nas páginas do jornal quando esses rememorassem as suas críticas ao *dedodurismo*. De acordo com Sérgio Porto, a origem da delação ou *dedodurismo*, prática que se tornou socialmente assustadora, teria começado com os festivais de besteiras e caretices que assolaram o país; “designações politizadas frente ao avanço da repressão e dos discursos moralizantes” (MORAES, 2004: 70). Nesse sentido, o cronista sublinhou que a prática da delação dava suporte à ditadura. Recebendo, assim, o apoio da grande parcela conservadora da sociedade. Portanto,

é difícil ao historiador saber precisar o dia em que o Festival de Besteira começou a assolar o país. Pouco depois da redentora, cocorocas de diversas classes sociais e algumas autoridades que geralmente se dizem ‘otoridades’, sentindo a oportunidade de aparecer, já que a redentora, entre outras coisas, incentivou à política do dedurismo (corruptela de dedo-durismo, isto é, a arte de apontar com o dedo um colega, um vizinho, o próximo enfim, como corrupto ou subversivo – alguns apontavam dois dedos duros, para ambas as coisas) iniciaram essa feia prática advindo daí cada besteira que vou te contar (PRETA, 1996: 5)

O *Pasquim* se apropriou da idéia do *dedodurismo* de Stanislaw e inverteu a sua lógica. Utilizou essa prática a seu favor. Assim, denunciava e criticava jornalistas, artistas, intelectuais, políticos, enfim, personalidades públicas que apoiavam a ditadura.¹

Muitas homenagens foram realizadas pelo *Pasquim* a Stanislaw, sobretudo com a republicação de alguns de seus artigos nas páginas do semanário. Acompanhavam essas produções, matérias que os *pasquinianos* faziam sobre a obra de Sérgio Porto. Em uma delas, *Sig*² alertava: “Stan, se você soubesse como cresceu o *Febeapá...*” (“Sérgio Porto” In: *O Pasquim* n° 14, de 25/09 a 01/10/1969, p. 2).

Ao apresentarem a matéria, os jornalistas declararam: “Isso é uma homenagem de toda a equipe d’*O Pasquim* à memória de Sérgio Porto. Ele nos precedeu com um jornal chamado *A Carapuça* e é, hoje, o santo maior de nosso altar particular [...]”.

Além de Stanislaw Ponte Preta, os *pasquinianos* foram influenciados pela verve humorística do Barão de Itararé, que esteve diversas vezes nas páginas d’*O Pasquim* através da reprodução de seus artigos. Homenagem que, esporadicamente, os jornalistas do semanário de Ipanema prestavam ao humorista do início da República. Para Jaguar, se o Stanislaw foi o pai, o Barão de Itararé foi o avô do *Pasquim* (PRETA, 1996: 11-12). Uma célebre aparição do Barão no hebdomadário, foi a reunião de suas diversas declarações, dadas ao longo de sua vida, construídas no jornal em forma de uma entrevista imaginária (*O Pasquim* n° 127, de 07 a 13/12/1971, pp. 6-7).

O gaúcho Aparício Torelly, mais conhecido pelo pseudônimo de Barão de Itararé, estudou medicina, sem concluir o curso, pois começou a distinguir-se por sua veia cômica através de sonetos e quadrinhas populares. Em 1925, mudou-se para o Rio de Janeiro e começou a trabalhar no jornal *O Globo* e depois, em 1926, no *A Manhã*, jornal de Mário Rodrigues, no qual escrevia a coluna humorística “A Manhã tem mais”. Nesse mesmo ano lançou seu próprio semanário humorístico, *A Manha*, uma paródia ao seu último emprego. No final de sua carreira passou a colaborar no jornal *A Última Hora* e lançou ainda dois *Almanbaques* em 1955.

Os *pasquinianos* se apropriaram do humor do Barão de Itararé, no sentido de que trouxeram para as páginas do semanário os seguintes aspectos das publicações do reconhecido humorista: a utilização da publicidade como parte de uma produção humorística, com alta capacidade de síntese; a habilidade de brincar com o próprio veículo impresso, fazendo do seu periódico – *A Manha* –, um completo *pendant* paródico dos grandes jornais diários; o reconhecimento da instabilidade da língua, sobretudo, quando exposta às misturas e constantes hibridações com a oralidade e a fala originada dos mais variados matizes; e a subversão dos sentidos originais das palavras, adaptando-as a uma realidade brasileira tacitamente reconhecida pela sociedade (SALIBA, 2002: 233).

Aparício Torelly exprimia com tamanha precisão e concisão uma realidade partilhada pela maioria da sociedade, que algumas de suas máximas acabaram por cair no domínio público, como se permanecessem guardadas numa espécie de repertório para uso coletivo, como argumentou Elias Saliba (SALIBA, 2002: 233). N’*O Pasquim* as características humorísticas do

1. *O Pasquim* publicou a matéria com o título “*O Pasquim dá uma de dedo-duro*”, na qual reproduz um ofício da Polícia Federal entregue ao jornal *Mutirão* (Fortaleza, CE) para que sua diretoria denunciasse os nomes e endereços dos assinantes do periódico. E, logo abaixo do referido ofício, Jaguar escreve uma nota em repúdio à prática da delação.

2. O rato *Sig* era o mascote do jornal. Produzido por Jaguar, tornou-se símbolo d’*O Pasquim*. Sempre anunciava as matérias que eram publicadas.

Barão foram representadas por meio da oralidade e da expressividade, na brincadeira com os fonemas, na construção de neologismos, e na resignificação das palavras.

No artigo intitulado “A sabedoria do Barão de Itararé”, além de publicar a matéria escrita por ele “O Suicídio: suicídio de domingo”, que saiu originalmente n’*A Manhã* em 11/04/1946, *O Pasquim* exaltou a memória desse ícone do humorismo brasileiro, ao afirmar que

Aparício Torelly, Aporely, Barão de Itararé, fundador, diretor, redator, agenciador d’*A Manhã* durante trinta anos – com pequenas interrupções por razões de ordem técnica – fez o Brasil rir de si mesmo. *O Pasquim* que também é semanário e tablóide faz questão de homenagear no seu número o humor do barão, que ainda hoje é muito pra frente (*O Pasquim* n° 2, de julho de 1969, p. 12).

Assim, aos olhos *pasquinianos*, o Barão de Itararé teria ensinado a sátira política num tempo mais remoto e Stanislaw Ponte Preta teria aprofundado, numa duração mais recente, uma “visão pasca” da política e do poder (*O Pasquim* n° 483, de 29/09 a 05/10/1978, pp. 14-18).

O Modus Vivendi Ipanemense

O primeiro número d’*O Pasquim* chegou às bancas em 26 de março de 1969, com periodicidade semanal. Foi produzido por Jaguar, Tarso de Castro, Sérgio Cabral, Claudius Ceccon e Carlos Prospero que executou o projeto gráfico. Aos poucos, outros intelectuais do humor foram se juntando a esses, formando assim a equipe d’*O Pasquim*. Nem Ziraldo, nem Millôr Fernandes aderiram de imediato à nova proposta alternativa.

O jornal possuía uma linguagem diferente dos outros alternativos da época. A principal idéia era dar voz a uma intelectualidade boêmia da Zona Sul do Rio de Janeiro, mas sem um engajamento político-partidário. Era um grupo interessado em contestar o conservadorismo da classe média, da qual eles mesmos faziam parte.

Havia entre os *pasquinianos* uma relação de identidade com o lugar em que (con)viviam: exaltavam a Zona Sul carioca, em especial Ipanema. É certo que nem todos os colaboradores eram naturais do Rio de Janeiro, como Ziraldo e Henfil, que eram mineiros, ou Luiz Carlos Maciel que era de Porto Alegre, mas de uma maneira geral, exprimiam um sentimento de pertencimento àquele ambiente.

Destaco a existência entre esses atores, da construção de uma memória boêmia elitista, a qual os amalgamava em torno do jornal. A parte litorânea da cidade e os arredores, com seus bares e bebidas, eram observados como o *locus* das elites e das classes médias. Dessa forma, o ambiente promovia as “estruturas elementares da sociabilidade intelectual *pasquiniana*”, como destacou Elio Chaves Flores,

tanto o humor reacionário quanto o humor *pasquiniano* [saíram] dos redutos elitizados da zona sul carioca e, não raras às vezes, se [cruzaram] nos calçadões das praias, nas redações dos jornais e nos botequins do Rio de Janeiro, ainda capital cultural e ideológica da República (FLORES, 2002: 189)

O bar, a praia e a *Banda*³ – todos em Ipanema – confluíram n’*O Pasquim* para fomentar a sua sociabilidade. Os *pasquinianos* passaram a existir, como sugeriu Jean-François Sirinelli, “num lugar de fermentação intelectual e de relação afetiva, ao mesmo tempo viveiro e espaço de

3. A *Banda de Ipanema* é um bloco de Carnaval carioca, idealizada por Jaguar, Albino Pinheiro e Ferdy Carneiro em 1965. Entre seus fundadores constavam muitos dos jornalistas d’*O Pasquim*, além de Jaguar, havia também Ziraldo, Fausto Wolff e outros. A sua primeira musa e símbolo dessa época foi Leila Diniz. Os encontros do pessoal da *Banda* aconteciam no restaurante *Jangadeiros* ou na casa de Albino Pinheiro, chamado de “comandante da Banda”. No Carnaval, a concentração era na Praça General Osório em Ipanema, na qual permanece até os dias atuais. Sobre a *Banda de Ipanema*

sociabilidade, sem evitar evidentemente as transumâncias ideológicas” (SIRINELLI, 1996: 231-262).

Ferdy Carneiro rememorou n’O *Pasquim*, na década de 1990, que a *Banda de Ipanema*

fez renascer o carnaval de rua [...]. Foi caldo cultural de muito movimento. Para início de conversa, lembremos Jaguar que desfilava, na Banda, com o cartaz “O *Pasquim* é filho da Banda de Ipanema”. Foi na Banda que o tropicalismo explodiu de verde e amarelo. Inspirou Gilberto Gil: “Alô Banda de Ipanema, aquele abraço” (*Pasquim* n° 1034, de 09/02/1990, p. 11).

Do microcosmos de Ipanema, o semanário divulgou uma nova linguagem para se opor ao *status quo*. A *fala pasquiniana* influenciou a publicidade, outros periódicos e a linguagem coloquial, através da oralidade, criatividade e expressividade de seus jornalistas. Criticavam a ditadura, as classes médias e até alguns segmentos da esquerda, o que deixou o jornal sob fogo cruzado. A expressão “esquerda festiva” foi bastante usada tanto pelos militantes de esquerda, quanto pela direita para caracterizarem os jornalistas do periódico. Alguns segmentos da esquerda não concordavam com o tipo de oposição que muitos intelectuais, artistas, cronistas, cartunistas entre outros manifestavam para criticar o regime autoritário. E com o termo “esquerda festiva”, desqualificavam o trabalho desses profissionais. Percebendo, sobretudo, os jornalistas d’O *Pasquim* como um grupo que só se preocupava com festas, bebidas e mulheres. E, ainda entendiam que o humor era usado muito mais pelo lirismo do que pela denúncia. Jaguar criticou esta idéia ao mencionar que

a *Banda* foi pra rua um ano depois do golpe e incomodava a direita e muitos da esquerda, que não entendiam que o riso e a crítica eram nossas armas. A gente se divertia sacaneando os caras encastelados (com trocadilho) no poder (JAGUAR, 2000: 40).

De acordo com o cartunista, o inventor da expressão “esquerda festiva”, que depois se tornaria famosa nas crônicas de Nelson Rodrigues, fora o escritor Carlos Leonam, também autor memorialista do bairro de Ipanema. Um dos fundadores da *Banda*, Ferdy Carneiro, afirmou para Jaguar: “Leonam não sabe é que muitos que desfilavam na *Banda de Ipanema* pegaram em armas quando a coisa engrossou”. Para Carneiro, o espírito gozador e irreverente moldava os intelectuais que desembocaram n’O *Pasquim*, e nos demais jornais criados a sua imagem e semelhança. “Seriam pessoas que compunham a República Popular de Ipanema, também denominada ‘esquerda festiva’, pelos pobres de espírito” (CARNEIRO, “O filho da Banda” In: *O Pasquim* n° 521, de 22 a 28/06/1979, p. 40).

No tocante à “República Popular de Ipanema”, mencionada pelo ideólogo da *Banda*, destaco que uma de suas particularidades não era o popular. Ao contrário, era elitista e autoritária. Ao analisarmos a memória que Jaguar constituiu para o bairro, podemos observar que existia uma cultura política autoritária que caracterizava Ipanema e os que nela conviviam. Entre os *pasquinianos* principalmente, forjou-se um *Imperialismo Ipanemense*. Havia uma idéia de que esse “era um bairro que se intrometia na cidade e no estado, ditava moda, hábitos e costumes para o Brasil e o mundo, cagava regras” (JAGUAR, 2001: 12).

Portanto, o *Imperialismo Ipanemense* foi a fonte para a elaboração de uma identidade compartilhada entre os que criaram *O Pasquim*. O próprio Jaguar destacou que “nós, os ipanemenses dos anos 60, estávamos nos lixando para os limites geográficos do bairro. Eu mesmo,

ver: Jaguar. *Ipanema: se não me falhe a memória*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2000. E o documentário: *Folia de Albino - Banda de Ipanema*, direção e roteiro: Paulo Cezar Saraceni, 2003, 83 min.

enchendo a boca falando em ‘nós, ipanemenses’, morava em Copacabana” (JAGUAR, 2001: 17).

O memorialista do bairro carioca acrescentou ainda que

nossos tons e vinicius eram melhores tons e vinicius do universo, nossos humoristas mais criativos, nossas bandas de ipanemas incomparáveis, [...] nossos malucos mais malucos, nossos porres antológicos até nossos mineiros e baianos muito melhores do que os de lá, nossos cachorros mais inteligentes (JAGUAR, 2001: 17).

Até mesmo Ziraldo que não nasceu nesse ambiente, mas o incorporou em seu cotidiano, declarou que “*O Pasquim* foi feito pra Ipanema. Naquela época Ipanema significava o Olimpo. *O Pasquim* vai divulgar esse *modus vivendi*” (Entrevista de Ziraldo ao documentarista Roberto Stefanelli, 2004).

Enfim, se por um lado *O Pasquim* criticava o autoritarismo do regime que se instalou no poder desde 1964, e depois com o AI-5, em 1968, acabou com as liberdades civis e políticas, acirrando o controle sobre a sociedade por meio dos mecanismos de censura, por outro, o jornal exerceu um autoritarismo ferrenho no que diz respeito a seu comportamento, principalmente em relação ao bairro de Ipanema e à cidade do Rio de Janeiro.

Quando se referiam a outros bairros, em especial os da Zona Norte carioca, não os incluíam na memória boêmia do Rio, apesar de existirem no jornal, colaboradores oriundos dessa parte da cidade, como no caso de Aldir Blanc e Millôr Fernandes, que foram criados, respectivamente, em Vila Isabel e no Méier. Entretanto, na maioria das vezes davam destaque aos bares da Zona Sul, como o *Jangadeiros* e o *Zeppelin*. Além disso, enfatizavam que, de Ipanema, lançavam moda e regras para outras regiões do país. Assim, acreditavam que aquele *locus* transmitia hábitos e costumes, os quais eram compartilhados não só pela sociedade carioca, como também pelo restante do Brasil.

A polêmica foi instaurada quando os *pasquinianos* criticaram abertamente diversas cidades. Mesmo abrindo espaço para a réplica de outros jornalistas no semanário, prevalecia a opinião de seus colaboradores no final do confronto, pois quando achavam que o assunto já estava esgotado, encerravam a discussão. O autoritarismo também pode ser observado em suas entrevistas. Quando não concordavam com alguma opinião do entrevistado, mudavam a pergunta ou acabavam com a entrevista.

Uma das cidades mais satirizadas pelos jornalistas d’*O Pasquim*, foi São Paulo. O contraponto era feito através da exaltação do Rio de Janeiro. Com o intuito de findar a discussão entre cariocas e paulistas, que durou cerca de cinco números no jornal, Millôr Fernandes escreveu dois artigos, ambos com o mesmo título “Parem com isso, Meninos!”. A sua perspectiva, contudo, não era a de apaziguar os ânimos, e sim, uma reação autoritária para que o ponto final fosse dado por eles, os do hebdomadário. No primeiro artigo, terminou o artigo com a seguinte reflexão:

Também é um hábito antigo do paulista se queixar do clima do Rio. E, no entanto, este se equilibra admiravelmente entre dias infernalmente quentes e dias de calor insuportável. Nem todo mundo pode ter aquele clima admirável de São Paulo, que vai desde dias de garoa nojenta até noites de umidade doentia (*O Pasquim* n° 14, de 25/09 a 01/10/1969, p. 4-5).

E no segundo, listou alguns itens que caricaturavam os paulistas como conservadores e os cariocas como libertários. Assim expôs:

paulistas: a máfia – cariocas: a malandragem; paulistas: a conferência – cariocas: o papo; paulistas: a cúpula – cariocas: a cópula; paulistas: o ato sexual – cariocas: suas variações; paulistas: a palavra – cariocas: o trocadilho; paulistas: o

clorofórmio – cariocas: o gás hilariante; paulistas: O Vaticano – cariocas: Sodoma e Gomorra (*O Pasquim* n° 15, de 02 a 08/10/1969, p. 2-3)

Muitos jornalistas fizeram severas críticas ao chamado *Imperialismo Ipanemense*. Não compartilhavam desse conjunto de valores e hábitos, que supostamente projetavam o bairro como referência nacional. Mino Carta, editor da revista *Veja*, publicou um artigo n° *O Pasquim* em março de 1972, no qual expunha sua visão crítica, de como um jornalista paulista percebia Ipanema e o semanário carioca. Sobre o bairro, opinou:

Eu, modestamente, acho Ipanema um bairro comum de uma cidade muito bonita - ou melhor, seria comum, e até simpático se não fosse tão pretencioso e provinciano. [...] Não é diferente o bar, o uísque, o jóia-bicho, a conversa salva-humanidade, o caracol dos teus cabelos, o esquerdismo substancioso e indolor, o negó seguin [referência a uma invenção *pasquiniana*], o inserido no contexto, nada, nada é diferente (CARTA, “Um paulista vê Ipanema”. *O Pasquim* n° 141, de 14 a 20/03/1972, PP.4-5).

No que tange aos jornalistas d’*O Pasquim*, Carta ironizou:

Gente boa em Ipanema deve haver assim como deve haver cronistas e restaurantes de má qualidade em muitos outros bairros de muitas outras cidades. Eu, modestamente, acho que é por causa da corrente da felicidade. É como nos programas de TV: você é ótimo; não você é que é, não posso admitir; você é excelente - no fim todos estão com complexo de superioridade e vão para a praia (CARTA, 1972).

Havia uma abertura de espaço no jornal para não-*pasquinianos* argumentarem. Contudo, os jornalistas do semanário não deixariam de fazer o contraponto à investida de Mino Carta. Assim, com sarcasmo, os editores d’*O Pasquim* puseram uma observação em sentido vertical à horizontalidade do texto de Carta, mostrando que a palavra final era a do hebdomadário, na qual afirmavam: “É isso aí mesmo, Mino, o pessoal aqui pensa que o Brasil é um apêndice intelectual de Ipanema” (CARTA. *O Pasquim* n° 141, de 14 a 20/03/1972, pp.4-5).

Portanto, os jornalistas d’*O Pasquim* construíram sua identidade, atrelada ao cotidiano da sociedade que (con)vivia na Zona Sul do Rio de Janeiro e ao ambiente político-cultural pelo qual estavam permeados. E, assim, o semanário lançou o *slogan*: “*Pasquim* – um ponto de vista carioca”, acompanhado por um desenho que simbolizava o Pão-de-açúcar através dos contornos do corpo de uma mulher de biquini. Diante disso, podemos compreender de que forma foi sendo recuperada a memória sobre a formação do jornal. Através da construção de um discurso que *O Pasquim* representava em 1970 a intelectualidade carioca como um todo e influenciava o restante da nação. Seja como for, a rememoração do passado do periódico ficou associada aos aspectos do *Imperialismo Ipanemense*.

Libertário ou conservador

O Pasquim foi libertário quando trouxe questionamentos e críticas acerca do conservadorismo da sociedade, em especial da classe média, da qual a maioria dos colaboradores era originária; assim como, sobre o autoritarismo dos governos civis-militares. Essa prática libertária, contudo, não correspondia a um rompimento total com os tabus sociais exercidos pelos *pasquinianos*, uma vez que o conservadorismo e o autoritarismo presentes no seio da sociedade impregnavam os seus discursos com atitudes machistas.

O Pasquim trouxe algumas discussões da *contracultura* em suas páginas. Principalmente, através de Luiz Carlos Maciel que, influenciado pela cultura *underground* norte-americana, tornou-

se signatário da seção “UNderground” no semanário de Ipanema. Portanto, o jornalista foi o principal responsável por familiarizar o leitor do hebdomadário com questões relacionadas às drogas, à revolução sexual, ao movimento *hippie*, à filosofia existencialista e à psicanálise.⁴ Não podemos dizer que os jornalistas d’*O Pasquim*, como um todo, compartilhavam dos ideais da *contracultura*, mas é certo que em determinadas seções, sobretudo na de Maciel, tais ideais apareciam.

Sobre a seção “UNderground”, o jornalista d’*O Pasquim* analisou que

é inegável que a responsabilidade pela edição destas duas páginas d’*O Pasquim* envolve certos compromissos teóricos. Não tenho a menor intenção de fugir deles embora ao contrário do que muita gente possa estar pensando, eu esteja certo da necessidade de uma visão crítica sobre todos os assuntos tratados aqui no UNderground (*O Pasquim* n° 63, de 03 a 09/09/1970, p. 10-11).

Para alguns intelectuais, artistas, cartunistas e cronistas que estavam se projetando no cenário nacional naquele momento, a principal apropriação do ambiente *multicontestatatório* internacional, foi o fenômeno da *contracultura*. Em especial, para uma parcela dos jornalistas que estavam ajudando a criar *O Pasquim*, esse fenômeno representava um caminho para se opor ao governo autoritário e à sociedade que o legitimava.

Luiz Carlos Maciel, no início da década de 1970, afirmou que a *contracultura* “forneceu à minha geração o sentido de um questionamento mais profundo da sociedade, do comportamento, do modo de viver, um questionamento que não se reduzia às intenções da revolução política tradicional” (MACIEL, 2001: 37)

O historiador Daniel Aarão Reis Filho observou que havia um interesse na divulgação e defesa de novos valores e comportamentos que se opunham às preferências e políticas do poder dominante. Era uma crítica ao conservadorismo que ultrapassava o domínio estrito do discurso político do poder, para alcançar as raízes do comportamento, das relações afetivas e da vida cotidiana. Portanto, argumentou o autor, nesse ambiente, intelectuais, artistas e estudantes

distinguiam-se na aparência das roupas (a revolução da minissaia), na preferência pelas cores, na comum hostilidade à rotinização da vida, na procura de novos horizontes musicais, de novas propostas de vida afetiva (a revolução da pílula) e de percepção da vida (o consumo das drogas leves estendia-se suavemente entre os adeptos da paz e do amor) (REIS FILHO, 1998: 20).

A fim de historicizar o fenômeno da *contracultura*, é necessário destacar uma série de movimentos sociais, artísticos e/ou filosóficos que convergiram no sentido de trazer à tona outras “revoluções” – como a luta pela liberdade do corpo e da mente. Propunham a revolução dos costumes, da cultura, sexual e do espírito. Dentre os movimentos observamos: a literatura da *beat generation* americana da década de 1950, o movimento *hippie*, o movimento negro norte-americano, o movimento feminista, a filosofia do existencialismo francês, destacando-se Jean-Paul Sartre, as filosofias orientais, como o *zen*-budismo e o hinduísmo e a psicanálise.

O ponto essencial para a divulgação dessa *contracultura* nos Estados Unidos foi a criação de uma imprensa *underground*, conhecida também por *alternativa*, que possibilitou uma maior difusão de novas formas de pensar, ver e sentir o mundo. Atrelando o seu discurso às lutas pelas liberdades de pensamento, comportamento, sexual e dos costumes. O pioneiro da imprensa *underground* norte-americana foi o jornal *Village Voice*. Fundado no bairro boêmio de *Greenwich Village* da cidade de Nova York, em 1955. Assim como *O Pasquim*, foi um jornal que produziu

4. Na seção “UNderground”, Luiz Carlos Maciel fez uma série de matérias (às vezes acompanhadas de entrevistas) com personalidades que circulavam neste ambiente de *contracultura*, como: o *hippie* Louis Rapoport (entrevista), o músico Jimi Hendrix, a cantora Janes Joplin (entrevista), o *hippie* Ken Kesey, o sociólogo norte-americano Norman Mailer, entre outros.

uma relação de identidade com o bairro. Podemos dizer, então, que houve por parte de alguns *pasquinianos* uma inspiração nesse periódico alternativo, já que uma das especificidades do semanário brasileiro era a representação da boemia intelectual de Ipanema.

Para Maciel, era importante não só compreender a cultura *underground*, mas também, perceber como as manifestações culturais e artísticas no Brasil se apropriavam dessa idéia. Em sua citada seção argumentou que

uma boa parte das manifestações artísticas e culturais mais vitais do Brasil de hoje tem relações amistosas com o *underground* e suas perspectivas, quando não se identificam, abertamente com eles o processo, inclusive, tem se caracterizado por uma radicalização constante e consciente. [...] Nossos jovens artistas já começam a encontrar uma situação mais definida que exige deles uma opção mais funda, não apenas puramente estética, mas, existencial (*O Pasquim* n° 68, de 07 a 13/10/1970, p. 14-15).

No artigo “*Cannabis Sativa*”, Maciel refletiu sobre a importância do uso da maconha, como os cientistas compreendiam seus efeitos e como a sociedade a interpretava. O jornalista destacou que

oficialmente tem sido tratada como um tóxico, um narcótico e um entorpecente. A *Cannabis*, entretanto, não contém substâncias tóxicas e o tetrahidrocannabinol pertence a uma família química totalmente diferente dos narcóticos. [...] Timothy Leary, o papa psicodélico, classifica-a como um ‘psicodélico suave’, [...] de uma longa lista de efeitos: sensação de irritabilidade, sensação de flutuar, divórcio com o ambiente, riso fácil, loquacidade, ensimesmamento, angústia, medo da morte, desorientação no tempo e espaço, dupla consciência (sensação de poder-se observar de fora, como objeto), desinibição, dificuldade de fixação de memória, alucinações (ou pseudo-alucinações) etc. [...] A objeção mais importante que muitos cientistas fazem ao uso da *Cannabis* é que não se sabe ainda todas as suas conseqüências, depois de um período de tempo prolongado. [...] Há cientistas, nos EUA, que ainda pesquisam as qualidades medicinais da planta (*O Pasquim* n° 30, de 15 a 21 /01/ 1970).

Em outra matéria, “Revolução Sexual”, o autor refletiu sobre a presença de alguns anúncios em revistas dos Estados Unidos, propondo relações sexuais. Um dos anúncios dizia: “casal – bonito, sem inibições, bissexual, morador em *Manhatan*, com grau universitário, com menos de trinta anos, procura convites para festas sexuais, embaladas, na base todo mundo nu, com outros casais amorosos” (*O Pasquim* n° 8, agosto de 1969).

Maciel concluiu que o anúncio significava apenas um extravasamento das fantasias sexuais dos leitores; importante no processo das trocas afetivas e na manifestação livre de seus desejos. Isso era fundamental para liberdade de comportamento que a revolução dos costumes pretendia alcançar.

A palavra “liberdade” recebeu um significado muito importante nas décadas de 1960 e 1970. Ser livre para fazer escolhas e ter responsabilidade sobre essas decisões foram os princípios mais difundidos pelo Existencialismo entre a juventude desse período. Essa base filosófica propunha uma nova consciência do sujeito e do mundo. Segundo Maciel, “o milagre da consciência revela outro milagre: há uma atividade humana no mundo, os homens fazem a sua História e são feitos por ela; a práxis encarna, no campo dos possíveis, a consciência intencional” (MACIEL, 2001: 129).

O primado da filosofia Existencialista de Jean-Paul Sartre propôs que “a existência precede à essência” (SARTRE, 1970: 216). Primeiro o homem existe, se encontra, surge no mundo e

depois se define. Não haveria uma natureza comum a todos os homens que os definisse e depois servisse de modelo para a sua existência. Assim, o homem era compreendido pelo que fazia, por sua subjetividade, por suas ações. Existir, para Sartre, era “ter consciência desta existência, de um ser existente”, argumentou Denis Huisman. Por isso, sem consciência, não haveria existência propriamente dita (HUISMAN, 2001: 129).

O homem só perceberia sua consciência através de sua liberdade de escolha, a qual estaria associada à sua vontade de decidir. Portanto, o homem é responsável por suas escolhas. Para Sartre, recusar a liberdade e a responsabilidade era agir de “má fé”. Era uma recusa da existência. Assim,

se definimos a situação do homem como uma escolha livre, sem desculpas e sem auxílio, todo o homem que se refugia na desculpa que inventa um determinismo é um homem de má fé. [...] A má fé é evidentemente uma mentira, porque dissimula a total liberdade do compromisso (SARTRE, 1970: 259-260)

Por fim, Sartre ressaltou que quando o homem reconhece a sua liberdade, da mesma forma, reconhece a do “outro”. Ambos são livres para fazer suas escolhas. E,

ao querermos a liberdade, descobrimos que ela depende inteiramente dos outros, e que a liberdade dos outros depende da nossa. Sem dúvida a liberdade como definição do homem não depende de outrem, mas uma vez que existe a ligação de um compromisso, sou obrigado a querer ao mesmo tempo a minha liberdade e a liberdade dos outros; só posso tomar a minha liberdade como um fim, se tomo igualmente a dos outros como um fim. (SARTRE, 1970: 262)

Dessa concepção pode-se entender porque para o fenômeno da *contracultura*, expandir a consciência era tão importante. Uma vez que permitia ao homem ser livre e fazer suas escolhas, através de suas ações. Por tudo isso, a geração desse momento, influenciada por essas proposições, tomou partido, posições, se engajou e escolheu sua própria moral. No que tange ao *Pasquim* não existia, *a priori*, um engajamento político-partidário do jornal. Mas, havia uma escolha compartilhada por alguns colaboradores; a crítica aos costumes e ao discurso moralizante, principalmente, da classe média. Como argumentou Bernardo Kucinski,

na sua dimensão filosófica, *O Pasquim* não só propunha a seus leitores a liberdade total; *O Pasquim* viveu a liberdade total, na forma não burocrática de produção de pauta e no recurso eventual a novos modos de percepção pela *cannabis sativa*, a maconha. *O Pasquim* viveu a cultura da droga, que se espalhou como contraposição à repressão pós-AI 5 (KUCINSKI, 2003: 155)

De um modo geral, no semanário havia a idéia de ser contra tudo que fosse cerceador. Referência à filosofia Existencialista, na qual a imprensa alternativa era observada como oposição não só ao regime estabelecido e seus mecanismos de perpetuação e legitimação, mas também, ao dogmatismo das esquerdas, como sublinhou Kucinski. Millôr Fernandes esclareceu essa concepção no artigo “Millôr faz a autocritica do *Pasquim*”. A manchete alertava: “Millôr: contra a extrema direita. Contra a extrema esquerda. E, sobretudo, contra o extremo centro faz a autocritica do *Pasquim*” (*O Pasquim* nº 4, de julho de 1969, p. 12).

Seja como for, havia uma certa liberdade entre os jornalistas d’*O Pasquim*, em relação à sua organização interna e às suas escolhas no tocante aos temas por eles abordados. A redação não se pretendia hierarquizada e nem existia uma pauta definida entre os colaboradores a ser seguida. Era um lugar de confronto de idéias e de sociabilidade. Mas, isso não quer dizer que

existisse a ausência de conflitos e desacordos e até mesmo rachas na equipe. Apesar das intenções libertárias de alguns jornalistas, influenciados por todo esse cenário de *contracultura*. Também havia opiniões conservadoras, refletindo nas páginas do jornal uma eterna contradição.

É importante sublinhar que as evidências no periódico de temperamentos, personalidades, formações e opiniões distintas, da mesma forma que possibilitaram uma projeção do semanário ressaltando o aspecto da *pluralidade*, ocasionaram cisões na equipe. Ora por crise financeira ora por conflito de egos ora por discordância nas opiniões.⁵

O jornal foi um grande paradoxo. Representou uma gama diversificada de intelectuais adeptos à premissa de um não conformismo frente ao regime autoritário, através da oposição crítica e criativa e da busca pela liberdade de expressão. Ao mesmo tempo em que refletia na sua identidade uma *cultura política* autoritária e conservadora. (BERSTEIN, 1998: 349-363).

A moralidade, tanto preconizada pela política social do regime ditatorial, e combatida pelo hebdomadário, acabou por estar presente em muitas de suas ações, principalmente no que diz respeito ao movimento feminista e aos homossexuais.

A *cultura política*, como observou Serge Berstein, nos permite uma explicação dos comportamentos políticos, por uma fração do patrimônio cultural adquirido por um indivíduo durante a sua existência e compartilhado pelo tecido social o qual está inserido. Assim,

uma vez adquirida pelo homem adulto, [a cultura política] constituiria o núcleo duro que informa sobre suas escolhas em função da visão do mundo que traduz. (...) É no conjunto um fenômeno individual, interiorizado pelo homem, e um fenômeno coletivo, partilhado por grupos numerosos.

[...] Passando da dimensão individual à dimensão coletiva da cultura política, esta fornece uma chave que permite compreender a coesão de grupos organizados à volta de uma cultura. Fator de comunhão de seus membros, ela fá-los tomar parte coletivamente numa visão comum do mundo, numa leitura partilhada do passado, de uma perspectiva idêntica de futuro, em normas, crenças, valores que constituem um patrimônio indiviso, fornecendo-lhes, para exprimir tudo isto, um vocabulário, símbolos, gestos, até canções que constituem um verdadeiro ritual (BERSTEIN, 1998: 359-363)

Dessa forma, a cultura política que identificava *O Pasquim* era aquela presente, não só entre o conjunto de valores de boa parte de seus jornalistas, mas principalmente, no seio de parcelas da sociedade. As relações sociais e as representações de poder estavam impregnadas por símbolos que corroboravam com o autoritarismo e com o moralismo.

As observações machistas presentes em algumas matérias e comentários dos *pasquinianos* demonstravam uma das características mais marcantes da cultura política brasileira. Ao se referir ao papel da mulher na sociedade, o jornal a discriminava ou a transformava em objeto. Na matéria “A mulher objeto”, os jornalistas d’*O Pasquim* zombaram da posição que a mulher ocupava na sociedade. Literalmente a expressaram como objetos domésticos, assim apresentaram: “A mulher cinzeiro” era a foto de uma mulher de boca aberta, agachada ao lado de um homem, recolhendo as cinzas do cigarro dele; “A mulher criada-muda” mostrava uma mulher amordaçada, agachada ao lado de uma cama, segurando um abajur em sua cabeça; “A mulher mesinha” apresentava uma mulher posicionada “de quatro” equilibrando um telefone em sua “traseira” ao lado de um homem que estava sentado em uma cadeira e falava ao telefone (*Pasquim* n° 138, de 22 a 28/02/1972, p. 6-7).

Quando mulheres eram exaltadas, eram por motivos sexuais, melhor dizendo, pela valorização de seu corpo. Tornou-se comum entre os jornalistas eleger o “popô-look” de cada verão, no qual mostravam várias fotos de garotas bronzeadas e nuas, para que fosse escolhido o

5. Muitas cisões aconteceram entre os jornalistas. Destaco duas das principais delas que provocaram toda uma transformação interna do jornal: a saída de Millôr, em 1975, e a de Ziraldo, em 1982.

melhor “bumbum” daquele ano. E, ainda na seção “Dicas”, a sub-seção “Dica de mulher” trazia sempre uma foto com uma mulher, na maioria das vezes nua ou seminua, e com comentários irônicos do rato *Sig*.

Cito a “Dica de mulher: Verinha”, cuja foto era a de uma moça nua sentada na redação do jornal, fumando um cigarro e com um balão de fala de *Sig*, o qual cobria sua genitália, com a seguinte zombaria: “Verinha de novo num protesto contra a falta de ar condicionado na redação do *Pasquim*” (*O Pasquim* n° 131, de 04 a 10/01/1972, p.23).

No que tange ao movimento feminista, o periódico utilizava as mesmas armas que ridicularizava o poder: o deboche, a ironia e a sátira, para transformar aquele movimento em algo sem importância. O humor era usado pelos jornalistas, num tom desrespeitoso, associado à conotação sexual, o que simbolizava na maioria das vezes uma provocação. Ou ainda, zombavam das feministas, masculinizando-as. Essa característica do jornal pode ser notada a partir de algumas de suas frases de capa, as quais funcionavam como editoriais: “Desculpe Dona Betty, mas nós vamos dar cobertura às furadoras da greve do sexo” (*O Pasquim* n° 94). “*Pasquim* – um jornal ao lado da mulher. E se for o caso, sobre e sob” (*O Pasquim* n° 314). “Um jornal por dentro das feministas” (*O Pasquim* n° 391).

O apelo sexual é bastante claro nessas três frases, na primeira, o periódico foi sarcástico ao debochar de uma das líderes do movimento feminista – Betty Friedan –, apoiando o ato de furar a greve de sexo, com uma conotação machista. Nas outras frases, há uma adjetivação da mulher como um objeto do desejo sexual masculino. Em nenhum momento foram ressaltadas a importância do significado do movimento feminista, nem a valorização da mulher em atividades sociais, culturais e políticas.

Corroborando com essa idéia cito o artigo “Pela igualdade dos direitos. Homem x Mulher”, no qual Millôr Fernandes sarcasticamente escreveu que

ao contrário do Paulo Francis, estou longe de ser aquilo que o movimento de “gráfinas” internacionais (Women’s Lib) denomina de *Porco Chauvinista* (aliás [,] chauvinista por quê? Chauvinista sempre quis dizer nacionalista extremado). Será só ignorância das moças o uso do termo, ou lhe deram um novo e impossível significado? A *MS*, revista delas não esclarece. Sou até um homem submisso a todos os desígnios femininos. Meu único objetivo na vida é ser mais homem-objeto ou “objetosexual”. Por isso, venho aqui me juntar aos esforços das mulheres exigindo uma maior igualdade entre os dois sexos [...] (*O Pasquim* n° 138, p. 4-5).

Dessa forma, um jornal que primou pela liberdade de pensamento e de expressão, no que diz respeito à mulher era muito repressor. Com isto, demonstrava a sua contradição. Era ao mesmo tempo libertário e conservador.

Mesmo assim, havia presenças femininas no semanário e que não compartilhavam dessa visão, como a jornalista e produtora de cinema Martha Alencar que foi a primeira secretária de redação de *O Pasquim* e, nos primeiros anos do jornal, era a única mulher em um ambiente repleto de homens. Mas, ela era minoria nesse ambiente e o que prevaleceu foi a cultura política dominante – conservadora, um traço autoritário do jornal. Também colaboraram no *O Pasquim* outras mulheres que participaram mais ativamente do movimento feminista, como: Heloneida Studart e Elice Munerato.

Martha Alencar, no artigo “Tudo pela emancipação da mulher”, ressaltou a importância da conscientização da luta pela causa feminina, entre as mulheres, através da leitura de autoras como Betty Friedan e Simone de Beauvoir. Assim, nas ações do cotidiano, observou a autora:

Derrube os tabus e conquiste o seu cafezinho. [...] Quando sentir vontade de tomar seu cafezinho ignore os conquistadores de esquina. Lembre-se de Simone

de Beauvoir: “deixe os negros votar e eles se tornarão dignos do voto; dêem responsabilidades à mulher e ela as saberá assumir”. Você também pode assumir esta responsabilidade, abrir mais uma etapa no caminho da conquista da emancipação total da mulher (*O Pasquim* n° 1, 26/07/1969, p.13).

Alencar, em entrevista a Stefanelli, admitiu que sua atuação n’*O Pasquim* estava impregnada pelo ambiente machista do periódico. Apesar de tentar manifestar suas idéias, precisava agir da mesma maneira que eles para “conquistar” seu espaço. Assim, declarou que

eu era secretária de redação na época. Uma vez fiz um artigo pro *Almanaque do Pasquim* dizendo que lugar de mulher era na cozinha. Na verdade eu fazia a cozinha do jornal, que era uma atividade nada feminina na época. Eu praticamente tinha que fumar charuto, cuspir no chão e falar palavrão sem parar para ser respeitada. Eu era uma mulher, mas com comportamento masculino (Apud STEFANELLI, 2004)

Um dos mais famosos artigos de Elice Munerato, no periódico, foi o “Nunca vi fazer tanta exigência”, assinado também por Ana Maria Machado, Glória Nogueira e Myriam Campello. O texto explicava, de maneira didática, quais eram as reivindicações do movimento feminista. A fim de elucidar as dúvidas mais recorrentes, argumentaram as autoras:

O ano é da mulher. [...] Segundo as Nações Unidas, [...] “este ano é pra todas as mulheres, de todas as partes, incluindo-se, particularmente, as mulheres dos países em desenvolvimento”. [...] Estamos aqui pra começar um diálogo que pode durar muito e ser proveitoso pra gregos (as) e troianos (as). A verdade é que o problema existe. Se não existisse a ONU não tinha se dado ao trabalho de se manifestar. Nem a nossa Constituição de declarar, no primeiro parágrafo do capítulo de direitos e garantias individuais, que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de **sexo**, raça, trabalho, credo religioso e convicções políticas”. Para os que não acreditam nisso, o voto, o trabalho, a calça comprida são exemplos flagrantes da igualdade. [...] Ninguém repara no que está por trás dos conceitos expressos sobre a mulher nos pára-choques de caminhão, nas letras das músicas populares ou na linguagem que a propaganda usa. [...] Os homens que levam a coisa na galhofa não vêem que a liberação das mulheres é também a deles. [ênfase das autoras] (*O Pasquim* n° 301, de 05 a 11/04/1975, p. 6-7).

A citada matéria foi apresentada por *Sig*, em que declarava: “este artigo é um oásis de feminismo num deserto de porco *chovinismo!*”. Contudo, os *pasquinianos* não deixariam de zombar das feministas com diversas frases escritas ao redor do texto principal, marcando evidentemente, a concepção autoritária e machista dos jornalistas. Mesmo oferecendo um espaço para o diálogo com as mulheres, a opinião final sempre era a deles. Destacam-se as frases:

Mulher bonita e parafuso, comigo é no “arroxo”
Mulher e freio não merecem confiança.
Franguinha, eis aqui o seu poleiro.
Mulher feia e urubu, comigo é na pedra.
(*O Pasquim* n° 301, de 05 a 11/04/1975, p. 6-7).

Um contraponto importante foi a matéria “Do lado delas”, de Sérgio Augusto. Publicada ao lado do artigo das feministas. Em vez de compartilhar das críticas e zombarias de seus colegas de redação, Augusto apoiou as mulheres, afirmando que

[...] o homem tem muito a lucrar com uma divisão de obrigações mais humana e racional. Em primeiro lugar, ao abdicar da posição, artificialmente mantida, de cabeça da família [...] o homem tem sua responsabilidade como líder bastante reduzida. [...] O orgulho masculino, geralmente caracterizado como uma manifestação de machismo, é um sinal de pobreza espiritual dos mais constrangedores. [...] Desculpem os varões assinalados, mas eu estou, sempre estive, do lado das feministas (*O Pasquim* n° 301, de 05 a 11/04/1975, p.7).

Ambos os artigos, das feministas e de Sérgio Augusto, foram exaltados por meio da seção “Cartas” números seguintes no jornal. A leitora Branca Viana, do Rio de Janeiro (RJ), escreveu:

Folheando por acaso (desculpem!) o n° 301, qual não foi a minha surpresa ao deparar com duas páginas de feminismo do bom, armado de paciência para explicar e fazer entender aos homens que o Movimento Feminista também trabalha por eles. Parabéns! Vamos em frente com o diálogo (*O Pasquim* n° 304, de 25/04 a 01/05/1975, p.2).

A carta foi respondida, por Ivan Lessa, da seguinte maneira: “Obrigado. Vamos sim. Sobre o que deseja falar?”. Ironizou a idéia de que havia um espaço aberto para o diálogo com a possibilidade de escolher o tema, mas não mencionava que havia um momento certo para o debate ser encerrado: quando os *pasquinianos* assim o quisessem.

Heloneida Studart concedeu uma entrevista ao *Pasquim*, cuja preocupação central da jornalista foi a desmistificação em torno da imagem construída sobre as feministas. O jornal fizera um questionamento que as associava à idéia de serem homossexuais. Studart, enfaticamente, respondeu:

Isso é puro folclore. O homossexualismo não tem nada a ver com o feminismo. Ninguém admite discriminação contra as mulheres que vocês chamam de sapatões, porque discriminação contra a sexualidade dos outros - mesmo neurótica - é “safanagem”, fascismo. Agora, bandeira política, bandeira de transformação social, lesbianismo não é, não. A luta pela mudança da situação das mulheres é importantíssima para a transformação dessa sociedade em que vivemos [...] (*O Pasquim* n° 488, de 03 a 09/10/1978, p. 16).

Além do movimento feminista, outra temática que escancarava o moralismo machista d’*O Pasquim*, era a sua relação com o homossexualismo. A *cultura política* conservadora de seus jornalistas fazia com que os homossexuais fossem sempre discriminados e satirizados pelo semanário, chocando-se com a perspectiva libertária a que se propuseram praticar em relação à ditadura e aos segmentos sociais que a legitimava. De acordo com Sérgio Cabral, o periódico foi o primeiro a cunhar a palavra “bicha” para designar os homossexuais (entrevista à autora, em 14/06/2005). Esse cognato apareceu no semanário pela primeira vez no artigo de Tarso de Castro “Bicha! Bicha!”, que acabou a incorporando nas edições seguintes d’*O Pasquim* (*O Pasquim* n° 4, de julho de 1969, p. 8).

A fim de esclarecer esse assunto, cito a carta de Hélio Rodrigues Pol, do Rio de Janeiro (RJ), na qual reclamava: “só não gosto do modo como vocês destacam as bichas coitadas que são sempre lembradas nos artigos de maneira nada decorosa. Eu acho isso um horror. Estou indignado com ele”. Na resposta do jornal ao leitor percebemos todo o machismo arraigado em seu discurso: “perdão, Helinho, pode deixar que o tratamento será mais delicado”. Mas, devemos perceber que o próprio leitor já havia incorporado o cognato à sua fala e assim, também discursou de maneira machista (*O Pasquim* n° 15, de 02 a 08/10/1969, p. 21).

No artigo “O que todo rapaz deve saber sobre todo rapaz”, Ivan Lessa destacou:

O livro chama-se *Manual do Homossexual*. Escrito em inglês. Capa cor de rosa. Nome (pseudônimo) do autor: Angelo D' Arcangelo. Subtítulo: Para os Homens e Rapazes. (...) Poderia se chamar ainda *Como Ser Bicha e Feliz*. Ou ainda: *O Que Todo Rapaz Deve Saber Sobre Todo Rapaz*. Mas vamos à parte que interessa quem é e quem também é no *gay set* internacional. O autor declara que o rol não é definitivo. Gostaria de poder incluir ainda certas figuras dos mundos esportivo, político e industrial. Acrescenta não poder provar que nenhum dos citados é bicha (*O Pasquim* n° 61, de 20 a 26/08/1969, p.4).

Alguns dos nomes e verbetes, mencionados pelo autor citado por Lessa, foram:

Michel de Montaigne: vai todo mundo dizer que é mentira. Só que não é não; Michelangelo Caravaggio: pintor maravilhoso. Especializou-se em meninos. Morreu feio; Julio César: este a gente aprende no primário; Cardeal Francis Spellman: eclesiástico nova-iorquino. Conhecido também pelo nome de Shirley Temple (*O Pasquim* n° 61, de 20 a 26/08/1969, p. 4).

À exceção do famoso homossexual Madame Satã que foi homenageado, elogiado e, sobretudo, respeitado pelos *pasquinianos* em uma entrevista que o *malandro* carioca concedeu ao hebdomadário, em 1971, qualquer outro homossexual, ou qualquer pessoa que eles desconfiassem que fosse, era logo ridicularizado nas suas páginas e nomeado pejorativamente de “bicha”. O historiador James Green observou que Madame Satã foi saudado como mais autêntico e muito mais sofisticado do que Jean Genet, entre outros exageros e elogio (GREEN, 2005: 201-221).

É interessante perceber que a memória construída por alguns dos jornalistas em relação às atitudes d'O *Pasquim*, quanto ao homossexualismo e às mulheres, está associada a uma prática libertária de mudança comportamental na sociedade, justamente o inverso do que acontecia. Zivaldo declarou a Bernardo Kucinski que “no verão d'O *Pasquim*, depois da entrevista de Leila Diniz, o Brasil se tornou a única comunidade no mundo a aceitar integralmente o homossexual” (entrevista de Zivaldo a KUCINSKI, 2003: 215).

A citada entrevista de Leila Diniz foi um marco na história do jornal, entre outras razões, por introduzir palavras em sua *fala*. Leila Diniz representou em seu tempo a ambiência da *contracultura*, rompendo alguns paradigmas sociais. Mas, isso não quer dizer que a atriz tenha sido uma feminista. Ela foi libertária em seu comportamento e o jornal quando publicou sua entrevista, também o foi. Contudo, no que diz respeito aos homossexuais e às mulheres, a opinião do semanário permanecia machista, diferente do que observou Zivaldo.

Seja como for, os jornalistas d'O *Pasquim* estavam inseridos em um cotidiano repleto de valores, símbolos e vocabulários conservadores, principalmente, machistas. Compartilhados por uma *cultura política* autoritária, a qual estava enraizada em boa parte do tecido social brasileiro. A partir da vivência desse ambiente comum, eles construíram uma prática jornalística conservadora. Entretanto, também libertária quando discutia as temáticas da *contracultura*, como as drogas, a liberação sexual, o uso de anticoncepcionais, o aborto, entre outras. Portanto, não podemos rotular O *Pasquim*, fixando sua estética em conservadora ou libertária, uma vez que ele poderia atender tanto a uma, quanto a outra concepção. Foi um jornal de seu tempo, com os questionamentos e discursos próprios de sua época, sendo assim, como eles mesmos sublinharam: “O *Pasquim* é um produto do meio; também ninguém é perfeito”.⁶

Referências

BERSTEIN, Serge. “A Cultura Política”. In: RIOUX, Jean-Pierre e SIRINELLI, Jean-François (orgs.). *Para Uma História Cultural*. Editorial Estampa, 1998, pp. 349-363.

6. Frase de capa – editorial – d'O *Pasquim* n° 6, de Agosto de 1969.

- FERNANDES, Millôr. *Millôr no Pasquim: o inventor da liberdade de imprensa*. São Paulo: Círculo do Livro, 1977.
- FESTA, Regina e SILVA, Carlos Eduardo Lins da (orgs.). *Comunicação Popular e Alternativa no Brasil*. São Paulo: Paulinas, 1986.
- FESTA, Regina. “Movimentos sociais, comunicação popular e alternativa”. In: Festa, R. e Silva, C. E. L. da (orgs.). *Comunicação Popular e Alternativa no Brasil*. São Paulo: Paulinas, 1986, pp. 31-52.
- FLORES, Élio Chaves. *República às Avessas: narradores do cômico, cultura política e coisa pública no Brasil Contemporâneo (1993-1930)*. Tese (Doutorado - História). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2002.
- GREEN, James. “O Pasquim e Madame Satã, a *rainha* negra da boemia brasileira”. In: *Topoi: revista de História*. Rio de Janeiro: UFRJ, n° 7, jan.-jul. 2005, pp.201-221.
- JAGUAR. *Ipanema: se não me falhe a memória*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001a.
- KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e Revolucionários: Nos Tempos da Imprensa Alternativa*. 2ª ed. São Paulo: Ed. USP, 2003.
- KUSHNIR, Beatriz. *Cães de Guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- MACIEL, Luís Carlos. *Negócio Seguinte* Rio de Janeiro: Codecri, 1981.
- _____. *Geração em Transe – memórias do tempo do tropicalismo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996.
- _____. *As Quatro Estações*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- MORAES, Denis de. *O rebelde do traço: a vida de Henfil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1996.
- MORAES, Dislane Zerbinatti. “E foi proclamada a escravidão: Stanislaw Ponte Preta e a representação satírica do golpe militar”. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 24, n° 47, pp. 61-102, 2004 [Brasil: do ensaio ao golpe (1954-194)].
- MOREIRA, Sônia Virgínia. “Retratos Brasileiros: 20 anos de imprensa alternativa”. In: *O poder da imprensa alternativa pós-64: histórico e desdobramentos*. Rio de Janeiro: Rio Arte, 1985, (Antologia Prêmio Torquato Neto, Ano II – 1º lugar).
- PRETA, Stanislaw Ponte. *Garoto Linha Dura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.
- _____. *FEBEAPÁ – 1: primeiro festival de besteiras que assola o país*. 11ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. *1968 A Paixão de uma Utopia*. 2ª ed. rever. atual. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1998.

SIRINELLI, Jean-François. “Os Intelectuais”. In: REMÓND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: editora FGV, 1996.

SOIHET, Rachel. “Zombaria como arma antifeminista: instrumento conservador entre libertários” (mimeo).

Documentário

O Pasquim – a Subversão do Humor, direção de Roberto Stefanelli, 2004, Brasil, 44min.